

O GÊNIO DO SISTEMA

Thomas Schatz

COMPANHIA DAS LETRAS

Nossa visão atual do que é "cinema" ou "filme", passa por diversos referenciais, como atrizes e atores, fotógrafo, trilha sonora, e, mais que qualquer outro, diretor. A maioria das pessoas sabe identificar perfeitamente, além dos atores, o diretor de determinado filme. Falar de Hollywood é lembrar de Hitchcock, Howard Hawks ou Fritz Lang.

Mas o que era, na verdade, a grande Hollywood? Os diretores mencionados? Os grandes atores, "stars"? Não só. David Selznick, Darryl Zanuck, Louis B. Mayer, os irmãos Warner, Irving Thalberg, todos produtores, estes também eram Hollywood. E muito.

Provavelmente nas nossas lembranças de quem-era-quem em algum filme, o produtor inexistente, mesmo no caso de, por exemplo, Rebecca, de Hitchcock. Poucos se lembram que esta foi uma produção de Selznick, literalmente falando, já que ele chegou a refilmar muitas cenas do filme, pessoalmente, e com a complacência de Hitchcock. E isto era norma, isto era a Hollywood do "sistema" de estúdios, onde reinavam os gênios que transformavam idéias em filmes que rendiam milhões.

O gênio do sistema é talvez o golpe mais duro contra a "teoria do autor", inventada nos anos 50 pelos críticos franceses, na revista Cahiers du cinéma, onde ditavam quem era Autor ou não de filmes. Autores (diretores) seriam os cineastas cuja obra teria uma unidade de técnica, de estilo e de pensamento reconhecida. Os outros não passariam de "diretores da casa", submetidos aos terríveis produtores.

O gênio do sistema, de Thomas Schatz, desvenda os meandros e as leis que regiam uma imensa indústria que fabricou verdadeiras obras de arte. Mostra-nos, principalmente, que muitas de nossas idéias sobre ditadores inescrupulosos e carrascos da criatividade, os estereótipos dos produtores executivos, são pré-concebidas. É claro que eles destruíam carreiras com a mesma facilidade com que as criavam, mas as razões disso são bem mais complexas do que meros ataques históricos.

Hollywood, com toda a grandiosa sistematização de seus estúdios, deve muito a seus produtores, verdadeiros gênios que, se não devaneavam sobre arte, e eram até muito céticos quanto a isto, criaram o verdadeiro sistema operacional que deu ao mundo tantas obras-primas.

UMA APLICAÇÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO À LEITURA E ANÁLISE DE TEXTOS

Regina Maria Varini Mutti
UFRGS - PUCRS

INTRODUÇÃO

Quando se pretende, no ensino de Língua Portuguesa, uma leitura crítica, fica pressuposto um critério de profundidade na abordagem da significação. Nesse sentido, o enfoque do texto na perspectiva discursiva permite chegar até a instância ideológica, onde aparece o condicionamento da produção de discursos pelas estruturas das instituições político-sociais. Este novo horizonte da produção de sentidos é o que a linha materialista de análise de discurso descortina.

Uma análise somente no plano do lingüístico, no nível do texto, não é capaz de dar conta da significação numa esfera de amplitude maior, bem como é também limitada uma análise centrada apenas na pragmática da enunciação. É preciso, porém, tentar encontrar, a partir da linearidade do texto, os elementos exteriores - discursivos - que nele se materializaram, circulando como paráfrases, num movimento repetitivo e sempre atualizado por sujeitos, seus porta vozes.

Nesta perspectiva, as metodologias lingüísticas tradicionais não colaboram, deixando intangível o discurso; é sabido, porém, que algumas bases para o desvendamento do discursivo encontram-se no lingüístico, dirigindo-se, entretanto, para fora deste. Como não há caminhos prontos nesta empresa, resta ao pesquisador tentar encontrá-los, e é nesta liberdade que reside uma grande dificuldade, traduzida como um desafio.

Um das preocupações é a seleção do referencial teórico, inseparável de objetivos da aplicação do mesmo. Neste sentido, indagações norteadoras

* Este trabalho baseia-se em partes de monografia realizada pela autora, no Curso de Doutorado em Lingüística Aplicada PUCRS, 1º sem. 1990.

se formulam tendo em vista objetivos a serem alcançados em diferentes etapas de trabalho:

Que linhas de estudo - e que autores - dentro da Teoria do Discurso é possível eleger, que aspectos teóricos privilegiar, de modo a obter um referencial aplicável aos fins pretendidos? Como deve, numa segunda etapa, caracterizar-se o modelo de análise pretendidos? E como, numa terceira etapa, transferir a análise realizada conforme o referencial e o modelo estabelecido a uma educação pedagógica adequada?

Com base nestas indagações norteadoras, apresentamos inicialmente, uma síntese teórica, proveniente da revisão bibliográfica de diversos autores pertencentes à linha do discurso. Tal síntese constitui-se no referencial teórico geral que embasou, na etapa seguinte, a análise realizada sobre um corpus constituído de dois textos extraídos de um jornal:

- a crônica: "Dever de candidatar-se" de Santana (1990);
- a charge: "As (possíveis) frases escritas na cédula única", de Marco Aurélio (1990).

Os dois textos em questão foram considerados consonantes com os objetivos deste trabalho, parecendo adequados não somente ao enfoque discursivo, mas também ao pedagógico, ou seja, ao trabalho de leitura e análise de textos realizados na Língua Portuguesa, no 2º grau. Esta última etapa, no entanto, não será aqui tratada. Limitamo-nos apenas à apresentação do referencial teórico, fruto de todo um processo empreendido no sentido de relacionar idéias pertinentes aos objetivos propostos e decorrente aplicação deste referencial à análise dos textos jornalísticos referidos.

REFERENCIAL TEÓRICO O DISCURSO E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Colocando as bases para análise do discurso, Pêcheux (1978) afirma a impossibilidade de analisar o discurso como uma superfície linear, sendo necessário, isto sim, referi-lo ao conjunto do discursos possíveis (interdiscurso). A partir de um estado determinado das "condições de produção" do discurso, vê-se o envolvimento de: interlocutores, situação, contexto histórico-social e ideológico.

Pêcheux (1978), citando elementos estruturais que pertencem às condições de produção do discurso, apóia-se no esquema informacional de Jakobson (1963).

Este considera, no envio de uma mensagem pelo remetente ao destinatário, a presença dos seguintes elementos: o contexto (ou referente), verbal

ou verbalizável, que é apreensível pelo destinatário; o código comum aos protagonistas da comunicação (codificador e decodificador) que estrutura a mensagem; o contato, ou seja, um canal físico ou conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, tornando possível o estabelecimento da comunicação.

Ressalta o autor que o termo discurso não se relaciona com uma mera transmissão de informação entre remetente e destinatário, mas com um "efeito do sentido" que se estabelece entre os mesmos. Assim, emissor e destinatário não designam propriamente a presença física de organismos humanos individuais, mas sim indicam "lugares determinados na estrutura de uma formação social", os quais podem ser descritos sociologicamente. Na esfera da produção econômica, diz Pêcheux (1978) como exemplo, há lugares do diretor ou chefe da empresa, do contramestre, do operário os quais se caracterizam por propriedades diferenciais. Estes lugares estão representados nos processos discursivos onde são postos em jogo. Cada lugar está presente no discurso não como tal, mas transformado:

"...em outros termos, o que funciona no processo discursivo é uma série de "formações imaginárias" que designam o lugar que A e B (remetente e destinatário) atribuem cada a um a si mesmo e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar do outro... existem no mecanismo de uma formação social regras de projeção (objetivamente definíveis) e as "posições" (representações destas situações)" (Pêcheux, 1978, p.48-9)

Também o referente (contexto ou situação que aparece no discurso) pertence às condições de produção, tratando-se igualmente de um objeto imaginário, que representa o ponto de vista de um sujeito, não a realidade física, diz o citado autor.

Isso ocorre à medida que todo processo discursivo supõe, por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor, sob a qual se baseia a estratégia do discurso. A antecipação do destinatário pelo remetente, pois, depende da "distância" que o remetente supõe este e aquele, diferenciando-se os discursos nos quais o orador e seu ouvinte se identificam, tornando-se cúmplices.

Diz o autor que as diversas formações sedimentadas resultam de processos discursivos anteriores, originários de outras condições de produção e que deixam de funcionar; porém, deram origem a "tomadas de posição" implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo pretendido.

Opondo-se à tese fenomenológica que colocaria a "apreensão perceptiva do referente, do outro e de si mesmo como condição pré-discursiva do discurso", supõe que "a percepção está sempre penetrada do "já ouvido" e do "já dito" através dos quais se constituem a substância das formações imaginárias enunciadas." (Idem, p.52)

Neste ponto, o autor refere-se aos conceitos de pressuposição e de implicação estudados intensamente por Ducrot (1977, 1988), compreendendo que as pressuposições remetem à situação de discurso, que tem como

parte integrante certos conhecimentos que o sujeito falante apresenta ao ouvinte, referindo-se à imagem recíproca que se formam os protagonistas da comunicação.

Os elementos que constituem o estado dado das condições de produção de um discurso, afirma Pechêux, mantêm entre si as relações que podem variar conforme a natureza dos elementos postos em jogo; um destes elementos pode chegar a ser "dominante" dentro das condições de um estado dado. Cita com exemplo uma série de discursos que falam em "liberdade":

"segundo o que se trate de um professor de filosofia dirigindo-se aos seus alunos, de um diretor de uma prisão comentando o regulamento para o uso dos detidos, ou de um terapeuta que dirige a palavra a seu paciente, se assiste a um deslocamento do elemento dominante nas condições de produção do discurso: seja A o emissor e B o receptor; no discurso terapêutico... é a imagem que o paciente se faz de si mesmo o que se ventila no discurso... Na relação pedagógica o que domina o discurso é a representação que os alunos se fazem do lês designa o professor... em sua referência... No discurso do diretor da prisão, tudo está condicionado pela imagem que os detidos se formarão do representante do regulamento através de seu discurso... posto que se trata, para uns "de saber até onde se poderá ir com ele" e, para o outro em dar-se a entender."(p.52)

Desta forma, procura-se localizar os vínculos entre as "relações de força" exteriores à situação de discurso e as "relações de sentido" que se manifestam neste, evidenciando-se as "variações de domínio". (p.54)

A consideração das condições de produção na análise do discurso já estabelece de antemão que não se vai tratar do objeto-linguagem como produto, como se faz na análise lingüística, mas dos processos envolvidos na constituição do fenômeno, que concebe a linguagem como um dos trabalhos do homem, trabalho cultural e simbólico produzido pelo homem. Nesta dimensão, a linguagem transcende a pragmática do uso, sendo vista como constitutiva do social e do histórico, podendo contatar-se, no discurso, um modo social pelo qual é produzida a linguagem. Citando Orlandi (1988), "o discurso é um objeto histórico-social, cuja especificidade está em sua materialidade, que é lingüística."

A consideração das condições de produção do discurso, pois, é orientada para a exterioridade, ou seja, para as formações discursivas que compõem as formações ideológicas, determinantes do que pode e deve ser dito, numa conjuntura dada, conforme Pecheux (1985). É aí que o sentido das palavras se forma, não tendo sua fonte no indivíduo no momento da enunciação, da maneira indicada por Benveniste (1976). A apropriação da linguagem ocorre, mas é marcada pelo social desde sua constituição através da interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos. (Althusser, 1985). Este processo, porém, faz com que o sujeito tenha a impressão de ser a fonte de seu discurso, enquanto está, verdadeiramente apropriando-se de sentidos já existentes, bem como de convenções e formas possíveis selecionadas entre as já existentes. É sabido que as mesmas palavras mudam de sentido ao passa-

rem de uma formação discursiva para outra, pois muda sua relação com a formação ideológica. As palavras adquirem um sentido peculiar de acordo com a posição do sujeito que as profere ocupa, identificado com a formação discursiva.

DISCURSO, INTERDISCURSO E INTRADISCURSO

Mainguenau (1989) afirma que é também num nível constitutivo que a formação discursiva se relaciona com o interdiscurso. Nesta concepção de análise do discurso, a preocupação não é absorver os discursos em algum interdiscurso indiferenciado, mas de avançar na reflexão sobre a identidade discursiva. Aqui se situam as investigações sobre o relacionamento entre textos (intertextualidade), bem como o dialogismo de Bakhtin, que considera a constituição dos falantes, através da presença do outro, como fundamento de toda discursividade.

A pesquisa realizada por Courtine (1981), presume uma reflexão sobre a identidade das formações discursivas. Concebe o autor que uma formação discursiva não deve ser entendida como um bloco compacto que se oporia aos outros, como o discurso comunista vs o discurso cristão, mas como uma realidade em si mesmo heterogênea, formada a partir de um interdiscurso. Assim, o interdiscurso, como processo incessante, leva uma formação discursiva a incorporar os elementos pré-constituídos exteriores a ela, que nela provocam modificações, determinantes de nova organização de repetições dos próprios elementos, mas também provocando o apagamento, o esquecimento e a negação de outros elementos.

Na formação discursiva, que é instável e aberta, existe a primazia da contradição, que unifica e ao mesmo tempo divide os discursos, fazendo da própria individuação um processo contraditório. Conforme Courtine (Mainguenau, 1989), a toda formação discursiva é associada uma "memória discursiva", constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações. Esta memória não é psicológica, mas presumida pelo enunciado escrito historicamente. Existem, então, "redes de formulações", que têm enunciados invariantes, que determinam formulações possíveis do enunciado do interdiscurso. O processo discursivo inerente a uma formação discursiva, pois, relaciona-se ao conjunto de redes de formulações a ela associadas.

"Como a referência dos objetos do discurso estabiliza-se nesta redes de formulações, sob a forma de pré-construídos, é também neste nível que intervém a instância do sujeito universal (específico a uma formação discursiva), "referindo ao lugar de onde é possível enunciar: cada um sabe/vê/diz/compreende que ...". Dito de outra forma, o interdiscurso

domina cada formulação particular, fixa o que ela fala e o sujeito que a garante."

"Assim, toda formulação estaria colocada, de alguma forma, na intersecção de dois eixos: o "vertical", do pré-construído, do domínio de memória, e o "horizontal", da linearidade do discurso, que oculta o primeiro eixo, já que o sujeito enunciativo é produzido como se interiorizasse de forma ilusória o pré-construído que sua formação discursiva impõe. O "domínio de memória" representa o interdiscurso como instância de construção de um discurso transverso que regula, tanto o modo de doação dos objetos de que fala o discurso para o sujeito enunciativo, quanto o modo de articulação destes objetos." (Maingueneau, 1989, p.115)

Courtine (1981) considera, além do domínio da memória, o domínio da atualidade e o domínio da antecipação, os quais funcionam associadamente. O domínio da atualidade permite que as seqüências se refutem ou se apoiem em torno de um acontecimento, numa dada conjuntura; o domínio da antecipação refere-se às enunciações posteriores poderem ser antecipadas pelo discurso (o "sempre já ainda").

Para a noção de interdiscurso, concorrem os conceitos de "universo discursivo", "campo discursivo" e "espaço discursivo".

O "universo discursivo" corresponde ao conjunto de formações discursivas, de todos os tipos, que coexistem em uma época. Não é possível representá-lo todo na análise do discurso, mas somente através de recortes, denominados "campo discursivo".

"O campo discursivo é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região. (...) O espaço discursivo ... delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados. Este é, pois, definido a partir de uma análise, em função de seus objetivos de pesquisa. (Maingueneau, 1989, p.116-7)

A noção de intradiscurso, como a propõe Courtine (1981, p50), refere-se ao já citado eixo horizontal na descrição feita, o qual costumam ser relacionado às noções de "fio de discurso", "coerência textual", "estratégias argumentativas" ... e que suscita análises em termos de correferência, tematização e progressão temática, inferências pressuposicionais, conexões interfrásticas etc. O autor coloca que é no intradiscurso que se desenvolve o imaginário dentro do discursivo, isto é, onde o sujeito enunciativo é produzido, na enunciação, como interiorização da exterioridade do enunciável.

ESQUEMA DO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO



ENUNCIÇÃO E DIALOGIA

A enunciação, compreendida como uma réplica do diálogo social é, na perspectiva de Bakhtin (1988), a unidade de base da língua; sendo de natureza social, é, portanto, ideológica. O enunciado testemunha a existência do sujeito que é o seu o autor e a presença do sujeito receptor, condição necessária para a constituição do diálogo; este, pois, é a interação de pelo menos duas enunciações. Assim sendo, implica sempre a presença dos outros: num enunciado concebido como a concepção de mundo do seu autor, existe sempre um enunciado ausente, revelador da presença do outro.

É importante salientar que a dimensão intertextual se encontra em qualquer enunciado, pois há sempre pelo menos dois sujeitos caracterizando o diálogo. Aquele que ouve tem sempre uma participação ativa, tanto na fala exterior quanto na fala interior: é o outro, ou seja, o representante do grupo social.

Mesmo na situação comunicativa em que falamos a nós mesmos (diálogo interior), existe um papel representado por uma segunda voz, que tem um papel de consultor e de censor.

No caso mais comum, esta segunda voz se constitui no representante típico do grupo social ao qual nós pertencemos, havendo um confronto entre indivíduo e a sua própria norma. Outro caso se configura por uma certa igualdade de estatuto entre as duas vozes, o que pode ocorrer quando nos sentimos pertencentes a dois grupos sociais. Acrescente-se mais um caso, que seria o da falta de um quadro de referência claro, podendo levar à decomposição da consciência. Torna-se necessário destacar que, no processo de desenvolvimento do indivíduo, os diferentes tipos acima parecem coexistir em movimentos dialéticos.

Com relação ao objeto da fala, nota-se também a presença do outro, uma vez que qualquer objeto sempre já-foi-dito antes. Isso reforça a dimensão intertextual, a qual é onipresente.

Bakhtin enfoca a problemática da autoria. Analisando a obra de Dostoievski (1981), deduz que, na impossibilidade de se encontrar uma forma adequada para a expressão não mediatizada das intenções de um autor, torna-se necessário refratá-las através da fala de um outro. Através dos procedimentos verbais da estilização e da paródia, o autor utiliza as suas próprias intenções.

Há também a possibilidade de que a fala do outro permaneça exterior aos limites da fala do autor, mas esta fala a leva em conta e a ela se refere. Aqui, a fala do outro acaba determinando a palavra do autor, embora permaneça fora de suas fronteiras.

Verifica-se, portanto, que a palavra do outro começa a influenciar de dentro a fala do autor, envolvendo a questão da autoria individual como uma ilusão, pois a fala do autor é resultante de múltiplas vozes. O sujeito penetra com seu discurso no pluridiscorso do outro, sem contudo dominá-lo.

Fica consagrado, com Bakhtin, o valor da pluralidade, enquadrando-se nesta perspectiva o dialogismo e a pluridiscursividade.

Para o referido autor, é apenas através da enunciação que a língua entra em processo comunicativo, envolvendo-se de sua característica básica e constituindo-se em realidade. Daí decorre que a diversidade de situações comunicativas sócio-verbais determina as mudanças formais consideradas na transmissão do discurso do outro: sem o outro, nada significa nada, e o outro é uma entidade social.

Inspirando-se em três fontes, a saber: - o dialogismo bakhtiniano, como teoria de dialogização interna do discurso; - as concepções do discurso como produto do interdiscurso, ligadas ao materialismo histórico; - a perspectiva lacaniana sobre o sujeito em relação à linguagem, AUTHIER-REVUZ (1982, 1984) postula a "heterogeneidade constitutiva" do sujeito e de seu discurso, indo esta heterogeneidade através da presença do outro.

Buscando uma descrição das fontes lingüísticas da heterogeneidade, a autora distingue as formas marcadas e as formas não marcadas da heterogeneidade, com o objetivo de ver o outro a partir dessas marcas lingüísticas.

Para a autora, as formas de heterogeneidade mostrada no discurso manifesta diversos tipos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva de seu discurso. As formas marcadas designam o lugar do outro através de marcação unívoca, tal como discurso direto, aspas, itálico, negrito. Distingue-se, neste caso, um outro ato de enunciação, à medida que o autor dá lugar, em seu discurso, ao discurso do outro, explicitando a parte que é do outro e aquela que ele considera de domínio seu. E assim o fazendo, o autor mostra-se consciente da presença do outro, da qual não pode escapar, mas que no fundo deseja negar. Esta situação se reproduz também num nível mais profundo, pois a própria condição da existência do sujeito é ser determinado externamente, conforme a teoria materialista do discurso e a perspectiva psicanalítica do inconsciente, a qual concebe a divisão do sujeito, constituído pelo outro desde o seu interior, através do discurso.

Esta realidade também está presente na outra possibilidade de análise proposta pela autora, ou seja, a das formas não marcadas, nas quais o outro é reconhecido, apesar de não haver uma indicação unívoca (discurso indireto livre, ironia, pastiche, limitação...) Há casos que evidenciam uma recusa à realidade da heterogeneidade constitutiva, dissimulando-a no discurso, mas isso não passa de uma ilusão, porque "é sempre por relação aos outros discursos, no meio deles e com eles que se constrói todo discurso, os outros discursos são seu exterior constitutivo, se o podemos dizer." (1982, p.113). Um discurso nunca está isento de outro: outro interlocutor, outro sentido, outro discurso coexistem sempre, sendo esta a sua condição de existir.

ENUNCIÇÃO E SUJEITO

Considerando a enunciação como o aparecimento histórico dos enunciados discursivos, nos quais o sujeito se representa diversamente, constituindo o sentido, Ducrot (1984) compreende as seguintes funções enunciativas do sujeito: - locutor, isto é, função pela qual o sujeito se representa como eu no discurso;

- enunciadador: perspectiva que esse eu constrói (Orlandi, 1988).

Além dessas funções, Orlandi (1988) identifica a função de autor, apoiada em Foucault, considerando que o autor é o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem das suas significações, conferindo coerência ao discurso. Para a autora, a função de autor é assumida pelo eu enquanto produtor de linguagem, estando em contato direto com as regras institucionais.

Esta noção de sujeito-autor vincula-se à modalidade jurídica de assujeitamento, característica do contexto histórico-social atual, a qual confere ao sujeito responsabilidade e autonomia, ao mesmo tempo. É a "forma-sujeito" (Pecheux, 1988) determinada pelas nossas formações sociais. Dessa forma, o sujeito-autor tem liberdade para criar, desde que respeite as convenções sociais estabelecidas para o uso da linguagem.

As diferentes funções discursivo-enunciativas do sujeito constituem-se a partir de "apagamentos" do sujeito, ou seja, o apagamento é próprio das condições de produção do sujeito (Pecheux, 1988). Conforme Orlandi (1988), é na função de autor que mais se cobra do sujeito a ilusão de que ele é a fonte de seu discurso: daí decorre um controle social muito forte, pois o sujeito se destaca e fica mais vulnerável, mais "responsável".

Na enunciação, portanto, além dos seres empíricos falante e ouvinte, ou escritor e leitor, teríamos as posições do sujeito-enunciador e de sujeito-autor, com seus correspondentes sujeito-destinatário e sujeito-leitor. Nesse processo, o autor apaga o sujeito enunciador, causando um efeito de individualidade, mas evidencia no seu discurso os enunciados determinados socialmente.

IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DA LÍNGUA

O ensino da leitura e produção textual na escola relaciona-se à questão do sujeito, em especial, conforme Orlandi (1988), à do sujeito-autor.

Considera-se que o sujeito colocado como autor tem de relacionar-se com o exterior e também com o seu próprio interior, pois o autor é aquele sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel, na ordem social em que está inserido. Assumindo o seu papel de autor, o sujeito se insere na cultura, definindo posição no contexto histórico-social. Sendo múltiplas e dispersas as representações possíveis do sujeito-enunciador, caberá ao sujeito-autor organizá-las, dando unidade e coerência ao seu discurso, quando produz linguagem.

O outro pólo sujeito-autor é o sujeito-leitor, de quem o social cobra um modo de leitura. O leitor também é caracterizado sócio-historicamente: seu lugar social determina a leitura que ele faz.

Há leituras previstas para um texto, e esta previsibilidade depende de vários fatores. Deve-se levar em conta que:

- as instituições sociais dão legitimidade a determinadas áreas do conhecimento, privilegiando, ainda sentidos, através da mediação daquele que faz o papel de crítico, passando este sentido, muitas vezes, a ser o sentido legítimo.

todo leitor tem sua história de leitura: as leituras já feitas podem ampliar ou limitar a compreensão do texto de cada leitor.

Um texto pode ser lido de várias maneiras, e este aspecto é fundamental para o processo de significação. Embora haja leituras previstas para um texto, ele não é fechado em si mesmo. Estas leituras previstas representam um dos componentes das condições de produção de leitura do aluno, permitindo-lhe a construção de sua própria história de leituras e estabelecendo relações intertextuais, resgatando a história dos sentidos do texto, sem barrar o curso futuro desses sentidos. O professor não pode esquecer que a história de leituras do aluno geralmente difere da sua.

Orlandi, na mesma obra, também se refere à relação entre leitura e escrita, alertando que esta não é automática. A relação autor-leitor se faz segundo modelos representados de escrita e leitura, respectivamente. A leitura influencia a escrita, atuando sobre os sentidos sedimentados, bem como a leitura contribui para a constituição dos modelos de escrita.

Outro aspecto do processo é que a escrita proporciona a leitura: todo texto que é lido foi produzido de uma certa forma, num contexto determinado, enraizado numa tradição cultural com seus modelos.

Na escola, a produção escrita feita a partir de uma leitura pode não ser reflexo direto desta, pois os processos são distintos. Porém, a produção é o meio de o professor ter acesso à leitura do aluno, permitindo-lhe investigá-la, no sentido de analisar, na leitura, a compreensão, na perspectiva discursiva.

A partir deste objetivo, retorna-se à questão da significação. Quem lê também é produtor de sentidos, não só quem escreve. E isso ocorre sob determinações sócio-históricas. Quem lê reproduz ou transforma sentidos, e está participando do processo sócio-histórico de produção de sentido. E o faz de um lugar social e com uma direção histórica determinada.

APLICAÇÃO

Considera-se um "universal discursivo", isto é, um conjunto potencial de discursos que podem ser objeto de análise, para que se estabeleça um "campo discursivo de referência", de onde serão extraídas "seqüências discursivas" para análise. Neste processo, as "condições de produção" são ponto de referência para identificação das seqüências discursivas. (Courtine, 1982)

O corpus significa um recorte dos dados, determinados pelas condições de produção, conforme um certo objetivo e os princípios teórico-metodológicos que possibilitarão uma leitura não-subjetiva dos dados, orientando a análise.

O campo discursivo enfocado é o discurso jornalístico, emitido através da imprensa escrito por comunicadores locais.

Como "espaço discursivo" da análise (Maingueneau, 1989), ou seja, o espaço no interior do qual é delimitado o corpus, considera-se o "juridismo". Neste se situam as relações tensas, determinadas por direitos e deveres, responsabilidades e cobranças que estruturam a vida social. Busca-se explicitar o modo de inscrição do sujeito de direito no cotidiano da linguagem jornalística que medeia relações interpessoais numa esfera ampla, relações estas marcadas pelos juridismo, procurando apreender na linguagem este fenômeno.

O recorte dos dados foi feito a partir dos dois textos (anexo), publicados no jornal local Zero Hora, cuja penetração é a maior do Estado:

- "Dever de candidatar-se", de Paulo Santana, publicado em 25/9/1990;

"As (possíveis) frases escritas na célula única", de Marco Aurélio, publicado em 7/10/90.

A determinação das condições de produção de discurso remete às eleições para Governo do Estado, Senado, Câmara Federal e Estadual, realizadas em 3/10/1990. Diante das pesquisas pré-eleitorais, parcela elevada de eleitores mostrou-se disposta a votar ou anular o voto, o que mereceu da comunidade diferentes interpretações. Dentre estas, salientaram-se as interpretações do referido comportamento como fruto de ignorância, caracterizando-se o protesto como irresponsabilidade, porquanto ameaça à democracia representada pela escolha dos governadores pelo voto. Neste sentido, surgiram várias manifestações nos veículos de massa, objetivando comentar o que se passava e formar a opinião pública. Sabendo-se do poder de influência que detém a imprensa, torna-se esta um campo rico para investigação da questão discursiva.

O texto de Paulo Sant'ana situa-se época anterior às eleições. O autor tem coluna diária neste jornal; nesse espaço, dedica-se a opinar sobre fatos do cotidiano, que giram em torno de futebol, política, enfim, tudo o que é julgado de interesse, entre os fatos que ocorrem. Sua presença na vida jornalística é marcada também no rádio e televisão, destacando-se pela recepção que encontra no público. Na crônica em questão, o autor enfoca sua preocupação com as conseqüências que o desencanto do povo com os políticos, relacionado à omissão de voto, pode representar para manutenção da ordem democrática estabelecida, escrevendo uma crônica argumentativa.

O texto de Marco Aurélio é uma charge, publicada após as eleições. Enfoca o comportamento dos eleitores nas urnas, enfatizando os votos brancos e nulos. Ocorridos em significativa quantidade, o que confirma previsão anunciada na crônica de Paulo Santana. Situada na capa posterior do jornal, a charge diária de Marco Aurélio é, indiscutivelmente, bastante receptiva aos leitores do jornal.

Existem entre os dois textos citados uma relação de intertextualidade. Ambos podem ser considerados como locais de manifestação de discursos.

As condições de produção dos discursos levam em conta as convenções jornalísticas como formas cristalizadas de ocupação dos espaços do dizer no jornal: a crônica diária onde são apresentadas as opiniões do jornalista sobre fatos inspirados no cotidiano e o humor representado pela charge. Conforam-se ainda, respectivamente, às determinações das tipologias envolvidas de modo geral. Não deixam de enquadrar-se, também, nos limites representados pela linha da instituição jornalística.

Courtine fala nas condições de formação das formações discursivas presentes no corpus. As formações discursivas definem-se segundo o conjunto de temas e figuras que estas materializam a partir de seus respectivos interdiscursos. Interessa, pois, analisar os interdiscursos, o que se faz a partir do nível do intradiscorso, ou seja, o texto. Neste processo, as variantes intradiscursivas devem ser transformadas em invariantes interdiscursivas, que são gerais, "universais", situadas nas formações discursivas, marcadas pelas formações ideológicas. Sabendo-se que o discurso ideológico deixa sempre escondida uma parte da verdade, uma vez que consiste justamente em estabelecer "o que pode e deve ser dito" (Pechêux, 1988) e, em decorrência, o que não pode nem deve ser dito, tentar-se-á determinar, nos discursos analisados, os sentidos originados das formações ideológicas representadas neste, considerando-se também como se situa a questão da autoria.

Tome-se o texto "Dever de candidatar-se", como portador de um discurso que veicula uma formação ideológica, nele representada de modo dominante. As invariantes interdiscursivas seriam:

- Comprometimento com o estado jurídico da cidadania: o cidadão como sujeito responsável que tem direitos e deveres.

- Defesa à democracia liberal, que considera todos em igualdade a partir do direito de votar e de ser votado.

- Defesa ao cumprimento dos deveres e fiscalização para que isso ocorra.

- Apego à conservação da ordem social estabelecida e medo de mudanças provenientes de comportamento discrepantes da parte de indivíduos.

Tendo em vista a análise de enunciados discursivos, parte-se da enunciação. Nesta entram em jogo diferentes formações discursivas, as quais representam diferentes vozes que se levantam e dialogam, participando de uma interlocução nem sempre perceptível, porque são vozes que acabam calando-se sob a dominação de uma delas. Esse fato, que ocorre no nível do interdiscorso num processo contínuo, é atualizado no momento da produção do intradiscorso, na enunciação.

Conforme a ordem em que apareceram no intradiscorso, delimitaram-se as seguintes seqüências discursivas:

(1) "Dever de candidatar-se"

(2) "Frase de um candidato a deputado no horário gratuito eleitoral."

(3) "Seria impossível arrolar aqui, nos poucos segundos que me deram, todas as realizações que farei nos quatro anos de mandato."

- (4) "E esta outra jóia do discurso eleitoral, dita ontem pelo candidato a deputado B.F., em comércio numa vila popular."
- (5) "Eu conheço o drama desta vila porque já fui chinelão iguais a vocês."
- (6) "Assume caráter de verdadeira calamidade pública o atendimento nos setores de emergência nos hospitais de Porto Alegre."
- (7) "Centenas de pessoas mofam nos bancos à espera de assistência, algumas delas em estado grave. Em todos os hospitais, inclusive nos mais prestigiados."
- (8) "Só querem saber do filé, que são os serviços pagos. Emergência é carne de peixeço."
- (9) "No Rio, os seqüestros contra empresários se tornaram tão comuns que já existe no oficial e no paralelo." No oficial, todo o mundo conhece, porque os jornais e televisão se ocupam todos os dias deles. O seqüestro no paralelo é no entanto agora o mais frequente. Consiste nos bandidos seqüestram o chefe da família ou um membro dela e telefonarem em seguida, dizendo que sem a polícia intervir no caso o preço será um, com a polícia fica muito mais caro.
- (10) "Então o resgate a preço mais acessível é pago, o seqüestrado volta são e salvo e a polícia jamais fica sabendo."
- (11) "A amarga lógica desse subtipo criminal é a seguinte: tanto os seqüestradores como o seqüestrado não correm nem um risco, livres que ficam da intervenção policial, que as vezes termina em mortes e prisões. Todo mundo sai intacto da transação, imune à repercussão pelos órgãos de comunicação, e sem aquela tensão acessória da participação policial autônoma no episódio."
- (12) "Chegamos ao ponto de um mero pedágio extorsivo prá quem é rico."
- (13) "Aproxima-se a eleição e me ocorre, diante do assustador índice de eleitores que ainda não sabem em quem vão votar..."
- (14) "que nada é mais nocivo ao meio social que esta desilusão com os políticos."
- (15) "Precisamos ter em mente que as coisas todas do bem comum só podem ser alcançadas pelo modo político."
- (16) "E não existe posição mais confortável, embora digna da mais áspera censura, que acharmos que todo político é igual, demogogo e corrupto."
- (17) "Enquanto isso, deixamos de nos candidatar, embora sejamos honestos e idealistas, quando esse direito é totalmente acessível a nós."
- (18) "E entregamos a coisa pública nas mãos desonradas e incompetentes dos políticos. É justo isso? Claro que não."
- (19) "Alguém tem que levar a condução dos negócios públicos em frente."

- (20) "E se nós comodamente nos escusamos a tal, temos o dever de escolher os melhores. A primeira obrigação do cidadão é candidatar-se. E ela só desaparece, se ele não faz isso, quando vota. No mínimo, esse é o preço da nossa omissão."
- (21) "Quem (a omissão), levada ao voto branco ou à indiferença, passa a ser mais grave - porque dupla. É o mesmo caso daquele condômino que nunca quis ser síndico, não comparece a nenhuma reunião, mas vive reclamando de todas as decisões tomadas no edifício."

A partir das seqüências discursivas delimitadas, a análise da enunciação enfocará a formação dos objetos do discurso e os enunciados, bem como a exclusão de objetos de discurso. Outro aspecto enfocado é a formação das posições do sujeito e sua dispersão nos textos, bem como a formação de escolhas estratégicas evidenciadas na produção destes.

Neste momento, a etapa de análise consiste na extração de temas a partir das seqüências discursivas estabelecidas. Para isso, torna-se imprescindível o papel do domínio da memória. Dessa forma, estabelece como temas:

- o despreparo e oportunismo dos candidatos ao governo (2,3,4,5,16,18);
- a triste realidade de desmando e corrupção no país, decorrente da má administração dos governantes (6,7,8,9,10,11,12);
- a falta de cidadania do povo no que se refere ao cumprimento do dever de contruir para o bem comum, sendo candidato ou elegendo representante para o governar em seu nome é uma ameaça à ordem estabelecida (13,14,15,16,17,18,19,20,21)
- a ordem de participação política estabelecida, baseada nos direitos e deveres do cidadão é correta e inquestionável (19,20);
- a omissão de participação através do voto é gerada pela ignorância dos direitos e deveres do cidadão, pois a triste realidade que se vê no país é justamente o fruto da inadequada participação do povo na política: cada povo tem o governo que merece, o povo não sabe votar (16,17,18,19,20,21).

A partir dos temas estabelecidos, podemos identificar objetos do discurso; temos, então:

- a "cidadania": o sujeito jurídico é responsável, perante o Estado, por votar ou ser votado; a eles é dado esse direito, ao mesmo tempo que lhe é cobrado esse dever; este objeto é o mais amplo, incluindo os demais;
- o "oportunismo" e a "corrupção" aparecem no discurso como calamidades que aumentam a responsabilidade do povo em exercer corretamente os deveres da cidadania, para sanar esses problemas;

- o objeto "voto" é apresentado como único meio para o exercício da cidadania em prol do bem-comum; aparece como um dever que é cobrado, sendo a omissão deste uma ameaça à ordem estabelecida em lei; por outro lado, essa omissão é encarada como uma desobediência que só pode ser fruto da ignorância do povo, nas mãos de quem é posto o poder de mudar, mas lamentavelmente este não sabe usá-lo, deixando o bem-comum no estado em se encontra.

Percebe-se o discurso dominante aí representado, cujo sentido e lógica são conservadores. Nesse discurso, é negada a significação do objeto "voto" do ponto de vista de quem não o quer exercer talvez porque não o esteja sentido como democrático no contexto histórico em questão, pois não o está vendo como uma verdadeira possibilidade de representação. Seja bom ou mau, o comportamento omissão tem uma significação além daquela citada que é dominante. Só que esta outra significação não é cogitada, não é analisada com a devida profundidade. Em princípio, esta ficaria baseada numa significação de "voto" e "eleição" como uma prática que vive em fase de desgate, encontrando dificuldades em dar conta da demografia. Este ponto de vista, o qual corresponderia à voz do interlocutor do discurso dominante, é calada: suas reações não são consideradas.

Porém, vemos que o discurso dominante se apropria dessas razões imputadas ao discurso dominante para estruturar-se, mostrando a heterogeneidade de que é constituído, pois originou-se do confronto de vozes que representam posições opostas. Dessa maneira, acaba desvelando contradições. Trata-se, por exemplo, de considerar os omissos como "honestos e idealistas" (17), enquanto os políticos são "desonrados e incompetentes" (18); assim, embora na eleição em questão estejam envolvidos "desonrados e incompetentes", como candidatos, o eleitor, não podendo ser omissos e tendo que cumprir o dever de votar imediatamente, poderá acabar escolhendo um destes candidatos. Tudo é válido deste que se vote... Neste tipo de contradição a voz dominada, que acena para um outro espaço de significação dos objetos tomados e também criando outros objetos de discurso, talvez "desobediência cívica", "liberdade individual", e dando outro sentido ao que seja "cidadania", "direito" e "dever". Portanto, ao mesmo tempo em que o discurso dominante pressupõe a ignorância do povo, relacionada ao comportamento omissos na eleição, abre caminho para o significado oposto, a consciência, a não submissão, demonstrada justamente na hora do voto.

Vejamos agora as seqüências discursivas presentes na charge de Marco Aurélio, na ordem em que aparecem:

- (22) "As (possíveis) frases escritas na cédula única..."
- (23) "Para que votar se já fui pesquisado?"
- (24) "Sou eleitor de 2º turno."
- (25) "Volantes da lota, Sena, loteca... o que eu ganho preenchendo a cédula única?"

- (26) "Na última eleição não anulei meu voto, mas meu candidato foi nulo."
- (27) "Não gosto de fazer nada às escondidas."
- (28) "Se não querem votar em branco, favor fornecer canetas que escrevam."
- (29) "Cédula única é o que eu recebo no fim do mês."
- (30) "Os brancos que se entendam."
- (31) "O jogo de bicho não é obrigatório e faço a minha fezinha todos os dias."
- (32) "Alguém já fez campanha contra o "olho branco" dos candidatos após as eleições."
- (33) "Para que nova eleição se tudo que os candidatos estão prometendo o Collor prometeu fazer?"
- (34) "Branco também é voto."
- (35) "Não sou culpado se os candidatos perdem para preto, brancos e nulos."
- (36) "Anularam meu salário."
- (37) "Se a situação tá preta se vota em branco."

Com base nas seqüências discursivas delimitadas e recorrendo ao domínio da memória, podemos extrair os seguintes temas:

- f) O povo tem exercido o voto, mas isso não tem garantido melhoria em suas condições de vida, as quais permanecem difíceis. (26, 29, 32, 33, 35, 36, 37)
- g) O povo já irritado e impaciente, rejeitando ser usado só para eleger candidatos que depois não lhe corresponderão (28,29,31)
- h) O povo tem consciência que a anulação de voto incomoda os políticos, e aproveita a obrigatoriedade do voto para agredi-los, expressando seu descontentamento (25,30,32,34,35,37)
- i) O povo não vota em branco por ignorância, mais vale-se disso para mostrar que está consciente do que se passa e pelo menos protesta; se esta atitude é desobediência à ordem, a culpa é dos políticos. (22, 23, 24, 30, 35, 37, 36)
- j) A realidade é tão dolorosa que não interessa mais nada, a não ser extravasar a revolta, desmoralizando a eleição desperdiçando a oportunidade de escolher alguém razoável. (22,37)
- l) A ênfase na importância da eleição, realizando-se pesquisas para antecipar resultados, realizar dois turnos para escolher melhor, fazer campanha contra omissão de voto é um engano, pois se está dando importância ao meio, sem que os fins a eles façam jus. (23, 24, 31, 32, 33)

Surgem então como objeto de discurso:

O "oportunismo" dos políticos, que precisam do voto do povo para serem eleitos governantes, desfrutando assim das regalias do poder, mas que depois esquecem seus compromissos com esse povo que os fizeram representantes.

O "voto" é visto pelo lado do povo, o qual descobriu ser a "cédula única" a oportunidade única de ser ouvido em seus protestos.

O "voto em branco" ou nulo não é encarado como perigoso para a democracia, portanto capaz de desestruturar o esquema vigente, mas parece preocupar-se em "sacudir" o interlocutor que está na posição oposta. Se votar é também momento de falar, de fazer-se ouvir, então não será ouvida uma vez cortada e conformista, mas agressiva e alta o suficiente, para que muitos a ouçam. Deste discurso não se infere a ignorância do povo, mas a aspreza de ter encontrado um modo incisivo de protesto, a partir de razões concretamente experienciadas, mesmo que dê margem a que este modo de agir seja compreendido como pouco inteligente.

Todas as vozes que se ouvem, também aqui, estão envolvidas no discurso mais abrangente da cidadania, soando como resposta à voz dominante que cobra dos indivíduos que sejam cidadãos, assumindo o direito e o dever de eleger representantes ao governo. Estas vozes, disfarçando-se por detrás do humor, colocadas no espaço jornalístico reservado a este fim, mostram sua resistência em manter-se participantes de um jogo que lhes está parecendo injusto; dizem não aquilo que parece óbvio de tão certo, mas que pode não ser.

O "dever" do voto é, assim, apagado deste discurso, ao mesmo tempo em que se salientam outros direitos. "Direito", aqui, significa o direito à rebeldia, à liberdade individual de discordar, simplesmente negando o voto a alguém em quem não se confia.

Como se pode ver, as mesmas palavras são usadas em discursos diferentes, originados de posições antagônicas confrontadas que determinam diferenças de significação.

São encontráveis na heterogeneidade do intradiscurso, pistas lingüísticas que evidenciam o discurso do interlocutor - que era a voz dominante no outro texto enfocado - e que neste se encontra apagada. Vejamos as seqüências que seguem:

"Se não querem votos em branco, favor fornecer canetas que escrevam."

"Alguém já fez campanha contra o "olho branco" dos candidatos após as eleições."

"Branco também é voto"

"Não sou culpado se os candidatos perdem para o preto, brancos e nulos".

Há uma nítida alusão à "campanha" contra as pessoas que pretendiam ou não votaram "em branco", imputando-lhes culpa. Posicionando-se contra esta campanha, cada frase funcionaria como resposta negativa à imposição de dar o voto a alguém.

A FORMAÇÃO DAS POSIÇÕES DE SUJEITO E SUA DISPERSÃO

As posições de sujeito se definem pelo estatuto dos indivíduos que têm o direito de proferir um discurso; este direito é juridicamente definido e tradicionalmente aceito por todos. Neste trabalho, temos a prática jornalística, que confere a cada sujeito o direito de ser um comunicador, assumindo-se como sujeito-autor, ou aquele que dá unidade ao discurso, criando a "ilusão do sujeito" através da enunciação. (Courtine, 1981)

Considera-se, também, os lugares onde o sujeito vai buscar o seu discurso, ou seja, as formações discursivas que intervêm na construção do interdiscurso, onde convivem várias linguagens sociais, inter-relacionadas. Conforme Bakhtine (1981), todo discurso se constrói por relação a outros discursos, no meio destes e com eles, num determinado momento histórico. É pois o dialogismo a condição de constituição do sentido. +

No discurso, mostram-se diferentes formas de heterogeneidade, como tipos de "negociação" do sujeito falante com a realidade heterogênea de que é constituído o seu discurso, conforme Authier-Revuz (1982).

Na enunciação surgem os objetos específicos do discurso e o sentido que assumem. Por fim, é necessário descrever a situação de cada indivíduo ocupa em relação ao sistema de formação dos objetos de cada formação discursiva.

Os modos de enunciação manifestam dispersão - e não unicidade - pois revelam a coexistência de discursos diferentes, representantes de posições de sujeitos diferentes que se confrontam no processo de interlocução, manifestando a heterogeneidade que constitui o discurso.

Tomado o texto "Dever de candidatar-se", inicialmente, temos que aceitar que os objetos escolhidos e a direção dos sentidos não se constituem propriamente em criação do autor, mas na apropriação de enunciados externos ao indivíduo, criados socialmente, que já existiam antes da enunciação e que existirão após a enunciação do referido texto. Porém, é o indivíduo (e jornalista) que organiza e dá a unidade a este discurso social, assumindo-o, o que revela a posição que tomou como sujeito na sociedade. Seu discurso é mediatizado, ainda, pelas convenções da linguagem do jornal, mas é também marcado por escolha que fazem parte de seu estilo individual de comunicador. Neste sentido, cabe referir a abordagem veemente dos assuntos. Conseguindo captar geralmente o que os grupos de leitores sentem e pensam diante de fatos do cotidiano, com um poder se persuasão acentuado. Neste texto, percebe-se que o autor assume o discurso oficial, tornando-se porta-voz do mesmo, defendendo-o através de recursos persuasivos.

Já a frase do título, sinteticamente, é uma paráfrase do discurso da cidadania, que transforma os indivíduos em sujeitos responsáveis, cidadãos que têm direitos e deveres.

Na frase do título se encontra implícito um silogismo, que mais adiante é desenvolvido pelo autor, no processo de argumentação:

PREMISSA MAIOR: Todos os cidadãos responsáveis pela participação do governo democrático têm o direito e o dever de serem votados, como candidatos, ou de votar em outro que seja candidato e que o represente.

PREMISSA MENOR: Eu, cidadão responsável pela participação no governo democrático, não quero exercer o direito e o dever de ser candidato (ser votado).

CONCLUSÃO: Logo, eu, cidadão responsável pela participação no governo democrático, tenho de exercer o direito e o dever de votar em outro que é candidato e que me represente.

Todo o texto representa uma argumentação no sentido de reforçar essa conclusão, que contém uma afirmação que está ameaçada pelos votos em branco na eleição, atitude transgressora da lei, proveniente de indivíduos que são maus cidadãos.

No texto elaborado pelo sujeito-autor, através de estratégias utilizadas, percebemos outras vozes, que evidenciam a presença do outro no discurso; a heterogeneidade do sujeito e de seu discurso aparece marcada linguisticamente, em maior ou em menor grau.

Authier-Revuz (1982), tencionando descrever estas formas de heterogeneidade, faz distinção entre uma marcação unívoca (discurso direto, *aspas, itálico...*) e as formas não marcadas, nas quais o outro pode ser reconhecido, apesar de não haver uma indicação unívoca (discurso indireto livre, ironia, pastiche, imitação...) Nas formas explícitas de heterogeneidade, distingue-se um outro ato de enunciação, à medida em que o locutor dá lugar em seu discurso, explicitamente, ao discurso de um outro, e ao delimitar o que pertence ao outro, realinha o que pertence a si.

Podemos constatar nos dois primeiros trechos da crônica, localizados na coluna da esquerda, em negrito, a citação direta de falas de candidatos; o tema envolvido é o nº 1: "despreparo e oportunismo dos candidatos à eleição". Pressupõe-se que as péssimas propostas corresponderão a práticas de igual qualidade. No 1º trecho, o autor apenas transcreve, literalmente, a fala do candidato; no 2º trecho, precede-a de um julgamento irônico, o qual inclui também a fala anterior: "E esta outra jóia do discurso eleitoral". Esta estratégia do autor, além de separar bem o que é seu o que é dos candidatos, acentua o despreparo e oportunismo dos mesmos.

O terceiro trecho da coluna da esquerda da crônica refere-se ao atendimento nos hospitais da cidade: "uma calamidade pública". E o tema 2 aqui presente: "a triste realidade de desmando e corrupção no país, decorrente da má administração dos governantes". Desta estratégia pode-se inferir uma crítica ao povo, que, sendo responsável pela escolha dos governantes, não está desempenhando este papel a contento e, ainda, se a coisa pública está, agora, mal-administrada, com candidatos como aqueles que foram citados, pior ficará.

Continuando a leitura da crônica, a organização desta nos remete à coluna maior, localizada na esquerda, dividida em duas partes, a superior e a inferior.

O 1º trecho, posição de destaque, vem logo abaixo do título, começando com letra grande. É relatado um fato que aconteceu num centro maior, o Rio de Janeiro. O fato remete aos temas envolvidos nos trechos já lidos, na coluna da esquerda, mas de uma maneira mais grave, representando total descalabro e perversão da ordem, sintetizados na frase final: "Chegamos ao ponto de um mero pedágio extorsivo para quem é rico". Fica implícito nesta afirmação que isso poderá passar a acontecer em nossa cidade também, enfatizando-se o real prejuízo que a subversão da ordem estabelecida pode causar aos cidadãos. Daí decorre que é da responsabilidade do povo intervir, elegendo bem os governantes e reforçando o apego àquilo que é legal, sob pena de uma ordem nociva à segurança dos cidadãos possa estabelecer-se, para o terror de todos.

No trecho final, o autor manifesta uma argumentação direcionada diretamente ao leitor, mudando a estratégia de apresentação de fatos acrescentada de julgamento.

Apresenta agora um texto dissertativo, cuja intenção é convencer o leitor de sua preocupação com o "assustador número de eleitores que ainda não sabem em quem vão votar", atribuindo a desilusão com os políticos. Aqui fica bem explícito o discurso nos deveres e direitos do cidadão, responsabilizando o povo pelo governo que tem e considerando-o ignorante por não conhecer a extensão do conceito de cidadania. O povo, além de não saber escolher seus governantes, também desperdiça a oportunidade de participar através da eleição.

Na seqüência discursiva (14) o uso da 1ª pessoa do singular ("me ocorre") denota que o sujeito enunciativo se assume como responsável, através do exercício do papel de jornalista, em denunciar e comentar um comportamento em vias de ocorrer, que é considerado danoso à democracia. Dando-se conta de sua responsabilidade, apaga o sujeito do saber da formação discursiva que representa, tomando o lugar deste, ao mesmo tempo que dá a impressão de ser a fonte individual do sentido que expressa neste discurso. Portanto, passa a censurar aquelas que pretendem votar em branco na eleição de out/90, em nome do abalo que isso representa à democracia.

Observa-se o uso de uma estratégia de aproximação com o destinatário, o eleitor em geral, através do emprego da 1ª pessoa do plural. Dessa forma, o autor fica incluído no conjunto do povo eleitor, visando a melhores condições de persuadir o destinatário: "chegamos ao ponto de um mero pedágio extorsivo..."; "precisamos ter em mente..."; "achamos que todo político é igual..." "deixamos de nos candidatar, embora sejamos honestos..."; esse direito é totalmente acessível a nós"; "entregamos a coisa pública nas mãos..." "E se nós, comodamente nos escusamos a tal, temos o dever de escolher..."; "esse é o preço da nossa omissão".

Sempre mantendo o discurso oficial que assumiu, o autor inclui partes do discurso dominado, representado pelo interlocutor que está na posição antagônica, no choque entre discurso que ocorre no interdiscurso. O autor apropria-se deste outro discurso, empregando-o em prol do raciocínio que censura a omissão do voto. Misturando-se os discursos, temos aqui aquela heterogeneidade menos marcada, mas perceptível:

- (17) "todo político é igual, demagogo e corrupto";
- (18) "deixamos de nos candidatar, embora sejamos honestos e idealistas";
- (19) "a coisa pública nas mãos desonradas e incompetentes dos políticos".

Na apropriação que o autor faz do discurso oficial dominante, percebe-se, contraditoriamente, sua própria voz, como um dos elementos do povo, que também se acha "honesto e idealista", inconformado com a situação, mas que não sabe, como os demais, o que fazer para mudar a injustiça das relações concretas, e então acaba por sujeitar-se ao discurso oficial, apegando-se a ele como se nele estivesse contida a justiça absoluta.

Isso fica patente no final da crônica, quando o autor acaba tratando simplesmente o problema, através da analogia entre a participação na política e num condomínio. O último parágrafo, reduzindo a complexidade na participação política, soa bastante falso, e justamente por isso dá abertura para uma significação diferente. Esta remete aos obstáculos dos mais difíceis tipos que prejudicam a representação popular efetiva, provenientes da própria estrutura da sociedade, que não é igual a um condomínio; contradiz-se, pois, o discurso oficial que iguala a todos os cidadãos, aparecendo o discurso dominado...

Vejamos agora a formação da posição do sujeito no discurso evidenciado na charge de Marco Aurélio. Comparando com o texto de Paulo Santana, constata-se uma diferença, pois na charge em questão encontramos enfatizado o discurso dominado.

O autor utiliza seu espaço humorístico para apresentar os sentimentos das pessoas que constituíram o grupo dos omissos na eleição, anulando seu voto. Conforme se caracteriza este espaço jornalístico, o objeto é despertar o riso, desvelando a irritação desses votantes, os quais mandaram recados escritos na cédula, dirigidos aos políticos. O autor assume o discurso dominado, apresentando um bom número de falas, em discurso direto, apresentadas sob o título: "As (possíveis) frases escritas na cédula única". Dessa maneira, embora se isente de concordar com essas vozes, pois separa o que pertence aos votantes omissos e o que pertence ao narrador, que seria o próprio autor, este dá oportunidade para que as referidas vozes sejam ouvidas. E elas, como um todo, expressam o protesto. São cômicas, justamente porque acabam expondo ao ridículo os candidatos, pois revelam a cons-

ciência dos votantes de estar sendo manipulados, e sem vontade de perpetuar essa situação.

Em sua estratégia, o autor não faz nenhum julgamento explícito, somente apresenta o desenho da urna, deixando cair as falas de cada eleitor. A interpretação vai depender da intertextualidade, do momento histórico-social onde se insere o enunciado. Fica pressuposta a posição antagônica do interlocutor que representa a posição dominante, com a qual as falas se confrontam, deixando-se perceber a heterogeneidade constitutiva do discurso.

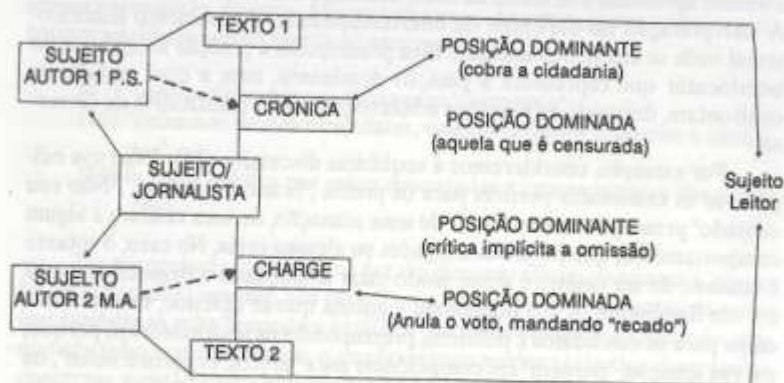
Por exemplo, consideremos a seqüência discursiva (35): "Não sou culpado se os candidatos perdem para os pretos, brancos e nulos." "Não sou culpado" pressupõe a consciência de uma acusação, de uma censura a algum comportamento, que prejudicou alguém ou alguma coisa. No caso, o votante é acusado de ser omissos e desse modo estar ameaçando a democracia: esta é a voz dominante. A voz dominante é aquela que se defende, revertendo a culpa para os candidatos e políticos, pressupondo-os insatisfatórios, porque, em sua atuação, "perdem" em competência para "pretos, brancos e nulos", ou seja, para qualquer um, não merecendo, portanto, serem votados.

As falas são, pois, respostas, e esta consciência de estar censurado por seu comportamento aparece também em (30): "Os brancos que se entendam". Nesta seqüência fica proposta a idéia de que não foi quem escreveu o causador da descrença nos políticos, origem do voto nulo, delegando a preocupação, agora, aos políticos: eles que arquem com as consequências dos erros que eles mesmos cometeram... Já em outra seqüência, a campanha para que o povo não vote em branco deveria ser feita é contra o "olho branco" dos políticos após as eleições... É outra resposta dada a uma questão pressuposta.

Nota-se que é dada uma resposta irritada ao interesse dos políticos na participação do povo apenas na hora do voto, o que se constitui numa obrigação mecânica e incômoda, principalmente porque está sendo exagerada. São pesquisadas, são dois turnos de eleição, são muitas horas nobres na televisão dedicadas à propaganda. Daí as seqüências: (23) "Para que votar se já fui pesquisado?" e (25) "Os volantes da Loto, Sena, Loteca..." pelo menos oferecem uma chance de ganhar - "...o que eu ganho preenchendo a cédula única?"

Por fim, cabe examinar o último recado: (37) "Se a situação tá preta, se vota em branco". Este consiste num desafio exclusivo e numa ameaça de manter a desobediência, caracterizando o ponto de vista do indivíduo censurado pelo discurso oficial determinante da ordem estabelecida.

ESQUEMA DAS POSIÇÕES DO SUJEITO EM ANÁLISE



CONCLUSÃO

Retomando o enfoque dado na introdução deste artigo, centrado no estabelecimento de um referencial teórico de análise do discurso na linha não-subjetiva, e na conseqüente aplicação deste à análise de um corpus estabelecimento, visando a uma posterior abertura de caminho à aplicação pedagógica à leitura e trabalho com textos na escola, podemos, nesta etapa, concluir que:

- a bibliografia consultada permitiu o aporte de dados relevantes dentro da teoria do discurso, contribuindo para uma melhor compreensão desta: foi possível estabelecer, entre os autores focalizados, relações que parecem consistentes;

- dentre esses dados considerados importantes, destacam-se as condições de produção do discurso, a questão da enunciação e do sujeito, em suas posições, a dialogia, a heterogeneidade discursiva e seus reflexos no linguístico;

- as relações evidenciadas na direção da passagem entre o linguístico e o discursivo permitiram abertura à aplicação prática, voltada à leitura e

análise de textos, descortinando-se significações sociais que não estão explícitas linguisticamente, mas subentendidas; isso pode tornar-se mais claro, aprofundando-se estudos teóricos, com repercussão na prática, a respeito da questão do pressuposto e do subentendido;

- a aplicação do referencial teórico aos dois textos de jornal representou para nós um caminho palpável para a atingimento do nível discursivo de interpretação, com possibilidades tanto de estender o modelo a outros textos, quanto de transferência a uma proposta pedagógica.

Por fim, acredita-se que é num movimento constante de retorno entre o teórico e sua aplicação prática que será melhor esclarecido o fenômeno da linguagem humana como uma prática social.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours*. DRLAV, Revue de Linguistique 26, 1982.
- *Hétérogénéité(s) énonciative(s)*. Langages 73, Paris, mars, 1984.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia de Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1988.
- *Problemas da poética de Dostoiévsky*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981.
- BENTOLILA, A. *O Conceito de Formação Discursiva em Michel Foucault*, PUCRS, 1ª sem 1989 (monografia à Disciplina de Análise do Discurso I).
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, Pontes, 1989.
- COURTINE, Jean-Jacques. "Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens)". *Langages* 62, juin 1981.
- DUCROT, Oswald. *Princípios de Semântica Linguística. (Dizer, não Dizer)*. São Paulo, Cultrix, 1977.
- *O dizer e o dito*. Campinas S.P., Cultrix, 1988.
- MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise de Discurso*. Campinas, S.P., Pontes, 1989.
- ORLANDI, Eni.P. *Discurso e Leitura*. Campinas S.P., Cortez, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. *Hacia el análisis Automático del Discurso*. Madrid, Gredos, 1978.
- *Semântica e Discurso. (Uma Crítica à afirmação do óbvio.)* Campinas, Unicamp, 1988.
- PEREIRA, A; MUTTI, R.M.V.; RÖESING, T.M.K. *A Noção de Sujeito*. (dissertação à Disciplina de Análise do Discurso II). PUCRS, 1ª sem. 1990.

Paulo Sant'ana

Dever de candidatar-se

No Rio, os seqüestros contra empresários se tornaram tão comuns que já existem no oficial e no paralelo. No oficial, todo mundo conhece porque os jornais e televisões se ocupam todos os dias deles. O seqüestro no paralelo é no entanto mais freqüente. Consiste nos bandidos seqüestrarem o chefe da família ou um membro dela e telefonarem em seguida, dizendo que sem a polícia intervir no caso o preço será um, com queixa à polícia fica muito mais caro. Então o resgate a preço mais acessível é pago, o seqüestrado volta são e salvo e a polícia jamais fica sabendo.

A amarga lógica desse subtipo criminal é a seguinte: tanto os seqüestradores como o seqüestrado não correm nenhum risco, livres da intervenção policial, que as vezes termina em mortes e prisões. Todo mundo sai intacto da transação, imune a repercussão pelos órgãos de comunicação e sem aquela tensão acessória da participação policial autônoma no episódio. Chegamos ao ponto de um mero pedágio extorsivo para quem é rico.

Aproxima-se a eleição e me ocorre, diante do assustador índice de eleitores que ainda não sabem em quem vão votar, que nada mais nocivo ao meio social que essa desilusão com os políticos. Precisamos ter em mente que as coisas do bem comum só podem ser alcançadas pelo modo político. E não existe posição mais confortável, embora digna da mais aspera censura, que acharmos que todo político é igual, demagogo e corrupto. Enquanto isso, deixamos de nos candidatar, embora sejamos honestos e idealistas, quando este direito é totalmente acessível a nós. E entregamos a coisa pública nas mãos desonradas e incompetente dos políticos. É justo isso? Claro que não. Alguém tem que levar a condução dos negócios públicos em frente. E se nós comodamente nos escusamos a tal, temos o dever de escolher os melhores. A primeira obrigação do cidadão é candidatar-se. E ela só desaparece, se ele não faz isso, quando vota. No mínimo esse é o preço da nossa omissão. Que, levada ao voto em branco ou à indiferença, passa a ser mais grave — porque dupla.

É o mesmo caso daquele condômino que nunca quis ser síndico, não comparece a nenhuma reunião, mas vive reclamando de todas as decisões tomadas no edifício.

Frase de um candidato a deputado no horário gratuito eleitoral: "Seria impossível arrolar aqui, nos poucos 30 segundos que me deram, todas as realizações que farei nos quatro anos de mandato".

E esta outra jóia do discurso eleitoral, dita ontem pelo candidato a deputado Bagre Fagundes, em comício numa vila popular: "Eu conheço o drama desta vila porque já fui chinelão igual a vocês".

Assume o caráter de verdadeira calamidade pública o atendimento nos setores de emergência dos hospitais de Porto Alegre. Centenas de pessoas moram nos bancos à espera de assistência, algumas delas em estado grave. Em todos os hospitais, inclusive nos mais prestigia-dos. Só querem saber do filé, que são os serviços pagos. Emergência é carne de peçoço.

MARCO AURÉLIO

As frases (possíveis) escritas na cédula única...

Para que votar se já fui pesquisado?

Sou eleitor de 2º turno.

Volante da Loto, Sena, Loteca... o que eu ganho preenchendo a cédula única?

Na última eleição não anulci meu voto mais meu candidato foi nulo.

Não gosto de fazer nada às escondidas.

Se não querem votar em branco, favor fornecer canetas que escrevam.

Cédula única é o que eu recebo no fim do mês.

Os brancos que se entendam.

O jogo do bicho não é obrigatório e eu faço minha fezinha todos os dias.

Alguém já fez campanha contra o "olho branco" dos candidatos após as eleições.

Para que nova eleição se tudo que os candidatos estão prometendo o Collor prometeu fazer?

Branco também é voto.

Não sou culpado se candidatos perdem para preto, brancos e nulos.

Anularam meu salário.

Se a situação tá preta se vota em brancos.